

Termo de Referência 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	200378-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - RO	ICARO STEFANO DA NOBREGA SOUZA	02/04/2026 14:08 (v 0.9)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	48/2026	08475.003764/2025-49

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 08475.003764/2025-49)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços de fabricação e instalação de cobertura em módulos sombreadores, em estrutura metálica e cobertura de polietileno de alta densidade, incluída a execução de bases em concreto (sapatas), para atendimento da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia - SR/PF/RO e da Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO - DPF/GMI/RO, abrangendo o fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Serviços de fabricação e instalação de cobertura em módulos sombreadores, incluída a execução de bases em concreto (sapatas), para atender a Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia (SR/PF /RO), abrangendo o fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários, conforme especificações detalhadas no ANEXO B e no item 5 do ANEXO A deste Termo de Referência.	17809	m²	100,00	R\$ 328,00	R\$ 32.800,00
	Serviços de fabricação e instalação de cobertura em módulos sombreadores, incluída a execução de					

2	bases em concreto (sapatas), para atender a Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim (DPF/GMI/RO), abrangendo o fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários, conforme especificações detalhadas no ANEXO B e no item 5 do ANEXO A deste Termo de Referência.	17809	m²	100,00	R\$ 446,00	R\$ 44.600,0
TOTAL						R\$ 77.400,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta)** dias, contados da **assinatura do contrato pelas partes**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, sob o código: 48/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. No projeto e documentos, deverá haver previsão para descarte correto dos resíduos de construção civil que serão gerados;

4.1.2. Os materiais retirados/removido/demolidos deverão ter destinação conforme a legislação ambiental vigente; e

4.1.3. Adequada destinação ambiental dos resíduos decorrentes dos serviços prestados, deverá levar em conta as diretrizes estabelecidas pela Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos devendo estar alinhadas com o Plano de Gestão e Logística Sustentável.

Subcontratação

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação

4.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

Vistoria

4.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas, na Superintendência e DPF/GMI/RO, mediante contato via e-mail (gted.srro@pf.gov.br) ou telefone (69) 3216-6292.

4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.12. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: da emissão da Ordem de Serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: conforme orientação da fiscalização.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

5.2.1. Quanto ao item 1, os serviços serão prestados na Superintendência Regional da Polícia Federal em Porto Velho, situada na Av. Lauro Sodré, 2905, Bairro Nacional, Porto Velho/RO, CEP: 78.903-711.

5.2.2. Relativo ao item 2, os serviços serão prestados na Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim, situada na Av. Pres. Dutra, 70, Bairro Santa Luzia, Guajará-Mirim/RO, CEP: 78.957-000.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 07 horas às 18 horas, entre segunda e sexta-feira.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.4.1. A proposta deverá ser elaborada respeitando as especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes nesse Termo de Referência e demais anexos.

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.6.1. A Fiscalização emitirá Termo Provisório de Recebimento de obra apontando eventuais pendências a serem corrigidas.

5.6.2. A contratada terá 15 (quinze) dias corridos para a correção das pendências apontadas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.19.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.19.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.19.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.20. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a aferição da qualidade e quantidade da prestação dos serviços e será realizada pela fiscalização.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento a entrega total do objeto.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.9.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.9.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.25.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.25.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, consubstanciado pelo mapa comparativo de preços, em 02/04/2026.

Cessão de Crédito

7.37. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.37.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.37.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.37.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.37.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.38. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo

ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

9.22. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.22.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.23. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.23.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.23.1.1. Atestado(s) que comprove(m) a experiência mínima de 50,00 m² (cinquenta metros quadrados) de projeção de área de serviços de instalação/substituição de módulos sombreadores de tela do tipo sombrite com estrutura metálica, para estacionamentos de veículo, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.23.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.23.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.23.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.24. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.25. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.26. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.27. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.28. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.29. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.30. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.31.6.1. ata de fundação;

9.31.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.31.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.31.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.31.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.31.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.31.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 77.400,00** (setenta e sete mil e quatrocentos reais), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 00001/200378-Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia - SR/PF/RO;

II) Fonte de recursos: Tesouro - Recursos Ordinários (0100000000);

III) Programa de trabalho: 06.122.2112.2000.0001;

IV) Elemento de despesa: 339039; e

V) Plano interno: PF99900AG26.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Porto Velho, 02 de abril de 2026.

RAFAEL ALVES DE OLIVEIRA
Agente Administrativo

MARCIO DOS SANTOS PINA SILVA
Agente de Polícia Federal

ICARO STEFANO DA NOBREGA SOUZA
Agente de Polícia Federal

13. ANEXO I

14. ANEXO II

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAEL ALVES DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 12:20:52.

MARCIO DOS SANTOS PINA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 14:07:54.

ICARO STEFANO DA NOBREGA SOUZA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 12:18:18.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

**GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM
EDIFICAÇÕES**



MEMORIAL DESCRITIVO E CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

**GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM
EDIFICAÇÕES**



Sumário

1. DEFINIÇÕES.....	3
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	6
3. EXECUÇÃO DO SERVIÇO	21
4. SERVIÇOS REALIZADOS.....	22
5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS	22
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



1. DEFINIÇÕES

1.1. Objeto

Este Caderno de Encargos e Especificações compreende um conjunto de discriminações técnicas, critérios, condições e procedimentos estabelecidos pelo CONTRATANTE, Polícia Federal, para a contratação de serviços de fabricação e instalação de cobertura em módulos sombreadores, incluída a execução de bases em concreto (sapatas), para atendimento da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia - SR/PF/RO e da Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO - DPF/GMI/RO, abrangendo o fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários.

1.2. Caderno de Encargos e Especificações Técnicas

Conjunto de especificações, critérios, condições e procedimentos técnicos estabelecidos pelo CONTRATANTE para a contratação, execução, fiscalização e controle dos serviços.

1.3. Contratada

Empresa ou profissional contratado, de acordo com a legislação em vigor, para execução dos serviços.

1.4. Contratante

Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia – SR/PF/RO.

1.5. Registro de Ocorrências

São todos os documentos gerados entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, como atas de reunião, correio eletrônico, informações e ofícios entre outros, que subsidiam e comprovam a coordenação do objeto pela FISCALIZAÇÃO em conjunto com a executante, além de fatos, observações e comunicações relevantes ao andamento do serviço.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

**GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM
EDIFICAÇÕES**



1.6. Discriminação Técnica

Conjunto de materiais, equipamentos e técnicas de execução a serem empregados nos serviços.

1.7. Disposições Gerais

Conjunto de normas, instruções e procedimentos técnicos para a licitação, contratação e fiscalização dos serviços.

1.8. Especificações de Materiais e Equipamentos

Normas destinadas a fixar as características, condições ou requisitos exigíveis para matérias-primas, produtos semiacabados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semiacabados.

1.9. Fiscalização

Atividade de acompanhamento sistemático dos serviços, verificando o cumprimento das disposições contratuais em todos os seus aspectos pelo CONTRATANTE.

1.10. Instruções Técnicas

Conjunto de indicações para se tratar e levar a termo um serviço técnico, definindo e caracterizando o seu objeto, nelas incluindo-se o Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

1.11. Materiais ou Equipamentos Similares

A equivalência de componentes da edificação será fundamentada em certificados de testes e ensaios realizados por laboratórios idôneos, aceitos pelo CONTRATANTE e adotando-se os seguintes critérios:

A. Materiais ou equipamentos similar-equivalentes – Que desempenham idêntica função e apresentam as mesmas características exigidas. O ajuste será



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



feito sem compensação financeira para as partes e deverá ser autorizado pela FISCALIZAÇÃO.

B. Materiais ou equipamentos similar-semelhantes – Que desempenham idêntica função, mas não apresentam as mesmas características exigidas nos projetos. O ajuste será feito com compensação financeira (glosas ou adições) para uma das partes e somente poderá ser autorizado pelo CONTRATANTE, através de aditivo contratual.

C. Materiais ou equipamentos simplesmente adicionados ou retirados – Que durante a execução foram identificados como sendo necessários ou desnecessários à execução dos serviços. O ajuste será feito com compensação financeira (glosas ou adições) para uma das partes e somente poderá ser autorizado pelo CONTRATANTE, através de aditivo contratual.

1.12. Medição de Serviços

Apuração dos quantitativos e valores realizados dos serviços com base em critérios previamente definidos neste caderno de encargos e especificações técnicas. Casos omissos serão definidos com base nas orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União ou por sistemas técnicos oficiais.

1.13. Prazo Global

É o prazo, em dias corridos, para a realização total dos serviços, conforme estabelecido no Edital, nele excluindo-se o dia de início e incluindo-se o de conclusão dos serviços.

1.14. Metrologia e Normatização

Todas as grandezas mencionadas nestas e em quaisquer documentos relativos aos serviços propostos deverão estar expressas nas unidades do Sistema Internacional de Unidades - SI, adotado também pelo Brasil em 1962 e ratificado pela Resolução nº 12 de 1988 do Conselho Nacional de Metrologia,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO, de uso obrigatório em todo o Território Nacional.

Deverão ser respeitadas as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as portarias ministeriais e interministeriais e as normas das agências reguladora nos devidos serviços executados e na definição dos insumos, assim como normas aceitas e aprovadas internacionais quando as normas nacionais não contemplem as especificações e serviços propostos. Além disso, deverão ser respeitadas as Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria nº 3.214 de 08/06/1978, em particular a NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), NR-9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção).

Na eventualidade de conflitos entre este Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, códigos, normas, desenhos etc., prevalecerá o critério mais rigoroso, de melhor qualidade e eficácia, sendo que as questões remanescentes deverão ser apresentadas à FISCALIZAÇÃO, para aprovação por escrito, sempre antes de se iniciar o projeto e/ou fabricação do componente das instalações ou sistema.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2.1. Observações Gerais

Compete aos LICITANTES fazer prévia visita ao local da obra para proceder a minucioso exame das condições locais, averiguarem os serviços e materiais a empregar.

Quaisquer dúvidas referentes ao escopo dos fornecimentos e serviços ou especificações, deverão ser previamente esclarecidas junto ao CONTRATANTE, visto que, depois de apresentada a proposta, o CONTRATANTE não acolherá



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



nenhuma reivindicação. Omissões, por parte da CONTRATADA, jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

Os LICITANTES deverão prever todos os custos envolvidos, não sendo aceitas alterações da planilha de custos após a licitação.

A CONTRATADA deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, nem interfiram negativamente no andamento dos serviços.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de todos os componentes e instalações de energia elétrica, água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços, ao longo e adjacentes aos serviços, devendo corrigir imediatamente, as suas expensas, quaisquer avarias que provocar nas mesmas.

A CONTRATADA cuidará para que todos os serviços executados acarretem a menor perturbação possível ao órgão e a todos e quaisquer bens, público ou privado, adjacentes.

Se para facilitar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar desenhos de execução deverá fazê-los às suas expensas exclusivas e submetê-las a aprovação da FISCALIZAÇÃO.

Os desenhos de execução, se necessários, deverão ser entregues por partes, de acordo com as prioridades, em três vias, sendo uma delas devolvida à CONTRATADA após análise. Os serviços contidos nestes desenhos não poderão ser iniciados sem aprovação formal da FISCALIZAÇÃO.

A execução de todos os serviços contratados obedecerá, rigorosamente, às especificações, que complementam no que couber, o contido neste Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, do qual a CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



Para o presente serviço, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, todos os materiais, equipamentos, acessórios, mão-de-obra, mesmo que não explicitamente descrito nas especificações, porém indispensáveis à conclusão e perfeito funcionamento de todas as instalações executadas que fazem parte do escopo dos serviços. Todavia, nenhum material ou equipamento deverá ser instalado, até que o CONTRATANTE aprove.

Os serviços deverão ser programados pela CONTRATADA, em conjunto com a FISCALIZAÇÃO, dentro das limitações de espaço e horários que forem acordados, de forma a serem coerentes com os critérios de segurança e com a exequibilidade dentro do prazo máximo estabelecido no ato convocatório.

Todas as medidas deverão ser conferidas no local, não cabendo nenhum serviço extrapor diferenças entre as medidas especificadas e o existente.

O serviço deverá ser entregue completamente limpo e desimpedido de todo e qualquer entulho ou pertence da CONTRATADA, e com as instalações em perfeito funcionamento.

Qualquer prejuízo causado ao CONTRATANTE em virtude de atraso na finalização dos serviços será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

Caso sejam identificados locais com problemas para a instalação de equipamentos, ou que venham a ter acesso difícil para manutenção, isso deverá ser transmitido ao CONTRATANTE para que sejam providenciados os acessos necessários.

2.2. Amostras e Critérios de Analogia

A CONTRATADA deverá submeter à apreciação da FISCALIZAÇÃO amostras dos materiais e/ou acabamentos a serem utilizados, podendo ser submetidas a ensaios de natureza destrutiva ou não, no processo de verificação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



Todos os materiais e/ou equipamentos a serem empregados deverão ser novos, de qualidade compatível com o serviço respectivo, devendo satisfazer rigorosamente às especificações de materiais e equipamentos. Deverá ser um produto de linha normal de fabricação, de empresa já estabelecida no mercado e que possua experiência comprovada na fabricação dos mesmos, de modo a prover a necessária qualidade, acabamento e durabilidade desejada. Não será admitido o emprego de materiais usados ou de materiais diferentes dos especificados, a não ser aqueles previstos para reutilização e/ou restauração.

A aquisição dos materiais pela CONTRATADA deverá ser planejada de maneira a se evitar eventuais atrasos devido à necessidade de prévia encomenda dos mesmos.

A CONTRATADA só poderá aplicar qualquer material e/ou equipamento depois de submetê-lo a exame e aprovação da FISCALIZAÇÃO, a quem caberá impugnar o seu emprego, quando em desacordo com o previsto.

O CONTRATANTE se reserva o direito de, em qualquer época, testar e ensaiar qualquer peça, elemento ou parte da construção, podendo rejeitá-las, observadas as normas e especificações da ABNT, com despesas a cargo da CONTRATADA.

Os materiais depois de aprovados pela FISCALIZAÇÃO serão cuidadosamente conservados no local de execução dos serviços, até o fim dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência aos materiais fornecidos ou já empregados.

Os materiais ou equipamentos antigos que porventura forem substituídos por novos durante o andamento dos serviços deverão ser devidamente armazenados em locais indicados pela FISCALIZAÇÃO.

Os materiais que não atenderem as especificações não poderão ser estocados no local de execução dos serviços.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



Os padrões e as cores de quaisquer materiais e pinturas a serem executados deverão ser confirmados pela FISCALIZAÇÃO no momento anterior ao início da execução daquela etapa de serviço.

Quando houver motivos ponderáveis para substituição de um material especificado por outro, a CONTRATADA apresentará, por escrito, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinantes do pedido, com o orçamento do material especificado. A substituição somente será aprovada quando resultar em melhoria técnica ou similaridade comprovada, a critério do CONTRATANTE, e se processará com compensação financeira para as partes, devendo ser previamente autorizada pelo CONTRATANTE. Quando não houver compensação financeira, a substituição poderá ser autorizada pela FISCALIZAÇÃO com registro em Diário de Obra.

A consulta sobre similaridade deverá ser efetuada pela CONTRATADA em tempo não inferior a 5 (cinco) dias, não admitindo em nenhuma hipótese, que a referida consulta sirva para justificar o não cumprimento dos prazos estabelecidos no Contrato.

Caberá à parte interessada na substituição o ônus da apresentação de toda a documentação necessária à análise.

A similaridade será julgada, em qualquer caso, pelo CONTRATANTE.

2.3. Assistência Técnica e Garantia

Caberá a CONTRATADA visando à perfeita execução e completo acabamento dos serviços, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda a assistência técnica e administrativa necessárias para imprimir andamento conveniente aos trabalhos, mantendo equipes que levem a bom termo este objetivo.

Ainda, após o recebimento provisório dos serviços, e até o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá fornecer toda a assistência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas neste período, independentemente de sua responsabilidade civil.

Durante os três primeiros meses após a conclusão efetiva da instalação, a empresa CONTRATADA do serviço deverá atender às correções e pequenos ajustes necessários, no prazo máximo de três dias úteis, independentemente dos prazos estabelecidos nos Termos de Recebimento Provisório e Definitivos da obra.

Após a aceitação definitiva, todos os materiais e equipamentos instalados deverão ser garantidos contra defeitos de fabricação e/ou instalação pelo período mínimo de 12 doze meses, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo. A garantia deverá abranger todo e qualquer defeito de fabricação, montagem e falha operacional, de forma a assegurar o perfeito desempenho dos sistemas.

Para tanto, durante a fase de garantia a CONTRATADA deverá manter técnicos experientes, para atender no prazo máximo de 08 (oito) horas, um chamado do CONTRATANTE, durante o horário comercial, que possam lidar com as necessidades locais de acordo com as necessidades do CONTRATANTE. Fora do horário normal de expediente e nos sábados, domingos e feriados, os técnicos atenderão aos chamados efetuados num prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Os prazos serão contados a partir da comunicação formal da CONTRATANTE à CONTRATADA.

Os reparos quando cobertos pela garantia serão efetuados sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, correndo por conta da CONTRATADA as despesas com trocas de peças, materiais, seu transporte, e com a mão-de-obra necessária. Caso os problemas persistam, deverão ser tomadas providências corretivas de modo a eliminar essas causas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



A CONTRATADA reparará ou substituirá, às suas expensas, todas as peças, componentes, equipamentos e materiais necessários aos reparos ou substituições que venham a ser feitos durante o período de garantia.

Os reparos ou substituições serão feitos por equipe técnica da CONTRATADA ou, eventualmente após entendimento prévio, com mão-de-obra do CONTRATANTE ou técnicos seus, sempre sob supervisão e responsabilidade da CONTRATADA.

Os componentes ou equipamentos das instalações ou sistemas, objeto deste Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, danificados por falhas de qualquer item sob garantia, serão também reparados ou substituídos pela CONTRATADA.

Em caso de inexistência da peça de reposição no estoque da CONTRATADA esta utilizará, por acordo entre as partes, peças do estoque do CONTRATANTE, caso o possua, obrigando-se a repô-las por outras novas ou reparadas, no prazo que for convencionado.

Para o fim de substituição de qualquer peça defeituosa, a CONTRATADA utilizará versões aperfeiçoadas da mesma, que não impliquem alteração no equipamento em que a mesma será instalada.

Uma vez realizado o reparo ou substituição da peça defeituosa, a CONTRATADA garantirá o desempenho original especificado para o correspondente equipamento ou material da instalação ou sistema reparado.

Se após a entrega de qualquer instalação, sistema, subsistema ou lote, surgirem defeitos ou imperfeições que ocasionem immobilizações dos mesmos, durante um período superior a 10 (dez) dias, o período de garantia dos equipamentos ou materiais de tais instalações, sistemas, subsistemas ou lotes ficarão automaticamente prorrogados por tempo equivalente ao que exceder aquele período.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



Os sobressalentes fornecidos terão garantia de 24 (vinte e quatro) meses a partir das datas das respectivas entregas.

Se após a entrega de qualquer equipamento, este não for instalado por razões que independam da CONTRATADA, a garantia será de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de sua colocação no local das instalações e/ou sistemas executados.

Qualquer interferência, física ou operacional, entre equipamentos do subsistema ou com demais equipamentos instalados no âmbito do CONTRATANTE, detectada a qualquer momento e até o vencimento da garantia, deverá ser corrigida, imediatamente, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

O termo de garantia emitido ao final do serviço, pelo prestador de serviço vinculado à CONTRATADA, deverá descrever claramente os limites e a duração da garantia, considerando o período mínimo de 12 (doze) meses, para cada componente da instalação ou sistema instalado. Mesmo que a CONTRATADA tenha contratado outros prestadores de serviço, a garantia final será dada e mantida ao CONTRATANTE.

Os requisitos mínimos obrigatórios para os seguintes componentes serão:

- A. Equipamentos: 3 (três) anos após a instalação;
- B. Cabos e componentes de cabling: 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação;
- C. Infraestrutura: 3 (três) anos contra ferrugem e resistência mecânica (para as novas instalações, caso da necessidade);
- D. Funcionalidade e desempenho: 5 (cinco) anos;
- E. Declaração de desempenho assegurado para as aplicações às quais a rede física foi proposta, as possíveis restrições para outras aplicações ou para



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

**GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM
EDIFICAÇÕES**



as aplicações introduzidas no futuro pelos principais organismos internacionais (IEEE, TIA/EIA, ISO/IEC, ATM FORUM etc.).

2.4. Entrega Final

Após a execução de todos os trabalhos e antes da pré-operação, todos os equipamentos, instalações e sistemas deverão ser limpos para a entrega.

Nesta fase deverá também ser verificado o estado geral dos equipamentos fornecidos. Todos os danos deverão ser reparados com especial cuidado, sendo tomadas providências com relação a metais sujeitos à corrosão; cujos procedimentos deverão ser levados a efeito de acordo com as exigências de normas devendo ser pintados na sua cor original para serem entregues.

A CONTRATADA deverá comissionar, em presença da FISCALIZAÇÃO, todas as instalações executadas.

Em todos os testes envolvendo medições deverão ser preenchidas planilhas dos resultados, citando quais foram os procedimentos normalizados pela ABNT, e estas deverão ser datadas e assinadas pelo responsável técnico. Nos demais casos deverão ser emitidos relatórios específicos.

Todos os testes deverão ser marcados e executados antecipadamente sem prejuízo ao prazo contratual, não sendo aceitas justificativas para a não realização dos mesmos, de forma total ou parcial.

A CONTRATADA providenciará de acordo com os procedimentos todos os testes e inspeções nas instalações, equipamentos e sistemas providenciando todo o pessoal, instrumentação e meios para realização da tarefa.

Todos os equipamentos, após a montagem definitiva, serão submetidos a ensaios de funcionamento, em vazio, com carga nominal e com sobrecarga.

Serão aplicadas as normas correspondentes, bem como verificadas todas as características de funcionamento exigidas nas especificações técnicas e nos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

**GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM
EDIFICAÇÕES**



desenhos de catálogos de equipamentos ou de seus componentes. Será verificado se todos os componentes de todos os sistemas dos equipamentos trabalham nas condições normais de operação, definidas naqueles documentos ou em normas técnicas aplicáveis.

Será verificado o perfeito funcionamento de todos os dispositivos de comando, proteção, sinalização e automatismo.

2.5. Defeito Oculto

Entende-se por Defeito Oculto aquele que venha a ocorrer e que não tenha sido percebido durante o período de garantia, podendo ser decorrente de falha de interpretação das especificações, concepção, instalação, material, ou de supervisão de montagem devidamente comprovada pelo CONTRATANTE. Excluem-se os defeitos provenientes do desgaste normal de operação ou do uso indevido do equipamento, desde que este fato seja efetivamente comprovado pela CONTRATADA.

Na ocorrência de Defeito Oculto, a CONTRATADA se obriga a prosseguir prestando assistência técnica total, idêntica à do período de garantia, conforme venha a ser necessário, no sentido de sanar a irregularidade.

2.6. Peças de Reposição

A CONTRATADA terá a obrigação de fornecer todas as peças de reposição durante o período de vigência da garantia.

Deverá ainda apresentar uma proposta com uma lista e o custo de fornecimento de estoque estratégico de peças sobressalentes para 02 (dois) anos de operação do subsistema, de modo a agilizar os serviços de manutenção.

A CONTRATADA deverá adquirir seus equipamentos em fábricas que garantam o fornecimento de peças de reposição por um período mínimo de 05



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



(cinco) anos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do sistema.

2.7. Elementos de Segurança do Trabalho

Haverá particular atenção para o cumprimento das exigências de proteger as partes móveis dos equipamentos e de evitar que as ferramentas manuais sejam abandonadas sobre passagens, escadas, andaimes e superfícies de trabalho, bem como para o respeito ao dispositivo que proíbe a ligação de mais de uma ferramenta elétrica na mesma tomada de corrente.

As ferramentas e equipamentos de uso nos serviços serão dimensionados, especificados e fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com o seu plano de execução, em perfeito estado, prontas para o uso e atendendo aos graus de segurança exigidos para cada caso.

2.8. Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC

Em todas as etapas da execução dos serviços deverão ser fornecidos e instalados pela CONTRATADA os Equipamentos de Proteção Coletiva que se fizerem necessários no decorrer das diversas etapas, de acordo com o previsto na NR-18 do Ministério do Trabalho, bem como nos demais dispositivos de segurança.

2.9. Equipamentos de Proteção Individual - EPI

Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, aos seus funcionários e/ou subcontratados, todos os Equipamentos de Proteção Individual necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas da execução dos serviços, conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como nos demais dispositivos de segurança.

2.10. Outras Despesas a Cargo da Contratada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



As despesas relativas aos itens abaixo mencionados correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

- Alojamentos, estadia e alimentação de pessoal;
- Plataformas necessárias para a execução dos serviços;
- Transporte de materiais e equipamentos;
- Transporte de pessoal administrativo e técnico.

2.11. Recebimento provisório e definitivo

Quando os serviços contratados forem concluídos caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita (inicialmente via fac-símile e posteriormente protocolando tal correspondência na unidade local do serviço) informando o término dos serviços, cabendo à FISCALIZAÇÃO, no prazo de até 10 (dez) dias, a verificação dos serviços executados, após o qual será lavrado Termo de Recebimento Provisório, que caracterizará a aceitação provisória de todas as instalações e sistemas executados, também vinculado à conclusão de todos os testes de campo e da entrega do Manual de operação, uso e manutenção das edificações que será passado em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela FISCALIZAÇÃO, após terem sido realizadas todas as medições e apropriações referentes a acréscimos, supressões e modificações,.

A inspeção minuciosa de toda a instalação deverá ser efetuada pelos profissionais responsáveis da CONTRATADA e pelo CONTRATANTE, para constatar e relacionar os arremates e retoques finais que se fizerem necessários. Em consequência desta verificação, terão de ser executados todos os serviços de revisão levantados.

A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à FISCALIZAÇÃO não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

A entrega do objeto licitado não exige a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor. (Lei 10.406 de 10/01/2002).

O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado em até 10 (cinco) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, referido no parágrafo anterior, por comissão de no mínimo 3 (três) membros designados pela autoridade competente e se tiverem sido atendidas todas as exigências da FISCALIZAÇÃO, referente a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento dos serviços executados, e se estiverem solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

2.12. Limpeza

A limpeza não deverá ser vista como apenas uma obrigação na conclusão, e sim como um fator constante em toda a execução dos serviços. Não será tolerada a existência de entulhos de qualquer natureza no local. Tendo em vista sempre o bem-estar dos servidores que continuam a trabalhar nas imediações durante a execução dos serviços. Os entulhos deverão ser depositados em contêineres, mantidos pela CONTRATADA, que deverá garantir a remoção para lugar aprovado pelas autoridades competentes.

2.13. Condições Gerais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



Os entulhos gerados serão retirados do local de execução de serviços seguindo os horários determinados pela FISCALIZAÇÃO e pelos Órgãos Públicos Competentes.

A CONTRATADA deve estar ciente de que os funcionários que vão trabalhar em horário fora do expediente deverão ter autorização do Plantão da Delegacia.

É de responsabilidade da CONTRATADA:

a. Fornecer ao Fiscal do Contrato a listagem de todo pessoal envolvido na execução dos serviços para análise, antes do início de qualquer atividade, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. A listagem deverá apresentar:

- I. Nome completo;
- II. Nome da mãe;
- III. data de nascimento;
- IV. C.P.F.;
- V. Função/natureza do serviço;

b. Substituir imediatamente, sem prejuízo ao andamento dos serviços e sem ônus para a Administração Pública, qualquer trabalhador, operário ou técnico que não esteja autorizado pela Polícia Federal ou pela equipe de fiscalização da obra e/ou reforma;

c. Comunicar à CONTRATANTE no caso de impedimento de qualquer trabalhador;

d. Permitir que a Segurança Patrimonial realize a identificação e as revistas pessoais rotineiras, tanto na entrada, quanto na saída, e outras que julgar necessárias, inclusive nos pertences dos trabalhadores. A revista poderá



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



ser realizada com o auxílio de um detector de metal manual, ou mesmo aparelho *raio-x*;

e. Solicitar autorização prévia ao Fiscal do Contrato no caso de algum Consultor ou Fornecedor precisar ter acesso às dependências da SR/PF/RO e da DPF/GMI/RO;

f. Autorizar e disponibilizar os trabalhadores para fazer identificação pessoal por meio de registro fotográfico, inclusive datiloscópico, quando solicitados;

g. Fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual (EPI) adequado ao risco e em perfeito estado de funcionamento, consoante as disposições contidas nas Normas Regulamentadoras, tais como: NR 6 (Equipamentos de Proteção Individual), e NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), dentre outras;

h. Manter um arquivo com registros da entrega de EPI, indicando a data, para cada trabalhador admitido, além da reposição e/ou substituição dos EPI durante a vigência do contrato;

i. Fiscalizar diariamente seus trabalhadores na utilização adequada de EPI, consoante as disposições contidas nas Normas Regulamentadoras;

k. Fornecer e fiscalizar diariamente o uso permanente do UNIFORME adotado na cor de opção da empresa, fornecendo inicialmente dois (2) trajes completos para cada trabalhador. O uniforme deve conter o nome e/ou logotipo da empresa e ser previamente aprovado pela equipe designada para a função de Fiscal do Contrato;

l. Substituir de imediato o uniforme do trabalhador, toda vez que for necessário, ou a pedido do Fiscal do Contrato, sem prejuízo para o andamento dos serviços e sem ônus para a Administração Pública;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



2.14. Transporte e descarga de material

Os materiais necessários para desenvolvimento dos trabalhos deverão ser transportados para o local em horário acordado com a FISCALIZAÇÃO.

Todo o entulho gerado deverá ser removido e levado até uma caçamba para acondicionamento em local indicado pela FISCALIZAÇÃO. O custo de remoção e movimentação dentro local deverá ser considerado no valor total.

O entulho que sair do local de execução dos serviços deve ser encaminhado para local próprio autorizado conforme legislação local.

3. EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Descrição da execução do serviço:

O serviço em questão será realizado em 03 (três) etapas, visando a execução dos serviços de instalação de cobertura em módulos sombreadores para o estacionamento da Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO) e da Delegacia da Polícia Federal em Guajará-Mirim (DPF/GMI/RO), com prazo total de 30 (trinta) dias.

Na primeira etapa o foco será direcionado para a execução das bases de concreto, incluindo as estacas e escavação, garantindo que o local esteja em condições adequadas para receber as estruturas. Após a finalização dessa etapa, inicia-se a segunda etapa, que consistirá na fabricação das peças necessárias para a execução das instalações de cobertura.

Finalizando com a terceira etapa onde serão instaladas todas as peças e estruturas metálicas fabricadas, conforme as especificações, minimizando qualquer inconveniente decorrente dos serviços, pois o espaço de execução em questão estará em funcionamento no decorrer de todo o processo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



4. SERVIÇOS REALIZADOS

A licitante deverá, com a técnica adequada, e com todos os insumos, mão de obra e equipamentos necessários, executar os serviços discriminados resumidamente abaixo:

- Execução de bases de concreto, incluindo estacas, escavação, equipamentos e mão de obra;
- Fornecimento e instalação da estrutura metálica em aço galvanizado, pintada com tinta poliuretano para estrutura metálica ou similar (cor branca);
- Fornecimento e instalação das telas tipo sombrites, com cabos de aço e esticadores necessários.

O Anexo B que contempla a “Descrição Detalhada dos Serviços” apresenta maiores informações quanto aos serviços pertencentes a cada um dos subitens, assim como as quantidades.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

5.1. Fornecimento e instalação

O fornecimento com instalação de módulos de sombreadores de estacionamento da SR/PF/RO e da DPF/GMI/RO deverão possuir as seguintes especificações técnicas mínimas:

Para a estrutura deve se prever armação metálica tubular em aço galvanizado (aço SAE 1020) com tratamento antiferrugem, pintada com tinta eletrostática ou similar a pó branca, com solda MIG. Tal estrutura deve ser fixada ao chão por meio de sapatas existentes, por meio de, no mínimo, 06 parafusos com resistência adequada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



A tela deve ser em polietileno na cor azul, de alta densidade e de alta resistência às intempéries climáticas, 100% livre de chumbo e aflato, com componentes antimoho, aditivos contra raios ultravioletas com costura reforçada em linha poliéster e pontas duplas, reforçado nos pontos de ancoragem e aplicação de ilhoses ou similar, com cabos de aço e esticadores necessários.

Para os pilares, o diâmetro mínimo deve ser de 100mm (4"); e a espessura mínima de 3,00 mm, ou elemento estrutural equivalente. Os pilares poderão ter reforços laterais até a altura dos braços, em tubos com diâmetro mínimo de 50mm e espessura mínima de 2mm, ou elementos estruturais equivalentes. Serão em balanço L, com caída para quatro água.

Os braços prolongadores (ou tesouras) devem possuir diâmetro mínimo de 75mm (3"); e espessura mínima de 2,25mm, ou elementos estruturais equivalentes. Os Contraventos (arcos) devem possuir Diâmetro mínimo de 50mm (2"); e espessura mínima de 2,25mm de espessura, ou elementos estruturais equivalentes. A cruzeta ajustável para união dos contraventos deve possuir diâmetro mínimo de 65mm; e espessura mínima de 2mm, ou elementos estruturais equivalentes.

A base dos módulos sombreadores deverá ser em chapa de aço galvanizado com espessura mínima de 3/8", com no mínimo 06 furos para fixação de chumbadores. Os chumbadores devem ser em barras de aço galvanizado, de 1/2" de diâmetro mínimo e 50cm de comprimento mínimo, barras, porcas e arruelas galvanizados, acrescido de gancho se necessário, ou outro sistema de chumbamento equivalente.

A estrutura poderá ser realizada com especificações técnicas diversa das especificações acima, entretanto deverá ser garantida a sua resistência adequada. Em qualquer caso, a contratada deverá garantir que a estrutura possua a resistência adequada e fornecer garantia mínima de todos os itens acima de 05 (cinco) anos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



5.1.1 Serviço de instalação, para os estacionamentos da SR/PF/RO e da DPF/GMI/RO, de 08 módulos (5,00 m x 5,00 m) com pé-direito de 4,00m, de estrutura metálica, seguindo o padrão do projeto, incluindo execução de bases de concreto:

- Após a confecção das peças conforme as especificações técnicas mínimas, iniciar a instalação delas no local indicado, conforme “Anexo B - Descrição Detalhada dos Serviços”;
- Executar as bases de concreto garantindo o correto posicionamento e nivelamento para a instalação da estrutura metálica;
- Os chumbadores ou materiais, necessários à ancoragem da estrutura nas bases, deverão ser confeccionados em material galvanizado, ou seja, no qual o aço é revestido por uma camada de zinco bem fina que proporciona mais resistência contra a corrosão (ferrugem);

5.1.2 Serviço de instalação de um total 8 telas do tipo sombrite, para 8 módulos de (5,00 m x 5,00 m), incluso cabos de aço e esticadores necessários:

- Prender as telas em Polietileno de Alta Densidade tipo Raschel, 230 gr/m² c/estabilizadores orgânicos de absorção dos raios UV próximo a 98%, anti-mofo, anti-fungos e autoextinguível sobre ação de chama na cor azul, com garantia de 05 (cinco) anos contra desbotamento e desfiamento;
- Se necessário, adaptar ou instalar fixadores na estrutura metálica para acomodar as telas de sombrite. Isso pode incluir ganchos, olhais ou grampos de fixação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



- Verificar se as telas estão fixadas de maneira segura e uniforme, evitando áreas frouxas ou tensas excessivamente;
- Ajustar a tensão das telas, se necessário, para garantir que elas estejam niveladas e proporcionem sombreamento uniforme.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todas as etapas que serão formalmente analisadas e inscritas em registro de ocorrências, os serviços sofrerão inspeção minuciosa por equipe multidisciplinar do Contratante para constatar e relacionar os ajustes que se fizerem necessários. Em consequência desta verificação, deverão ser executados todos os serviços de revisão levantados. Tais inspeções serão executadas, quando pertinentes, em conjunto com o(s) responsável(is) técnico(s) da Contratada.

Todo e qualquer serviço complementar, visando à entrega dos serviços em perfeitas condições, deverão ser previstos e executados pela Contratada.

A entrega do serviço não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei 10.406 de 10/01/2002 – Código Civil).

A Contratada deverá providenciar toda e qualquer documentação necessária à execução dos serviços contratados.

Após o recebimento provisório dos serviços, e até o seu recebimento definitivo, a Contratada deverá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução de eventuais dúvidas detectadas na vistoria final, bem como as surgidas nesse período, e solucionar as imperfeições detectadas, independentemente de sua responsabilidade civil.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES



Imprevistos diversos serão de ônus exclusivo da Contratada, até o limite estabelecido no edital de licitação dos serviços. Serviços extras com ônus para o Contratante somente poderão ser executados, se autorizados expressamente pela autoridade competente.

A Contratada assumirá integralmente a responsabilidade pela boa realização e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o presente Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, Edital e demais documentos técnicos fornecidos, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização de tais trabalhos.

A Contratada também assumirá a integral responsabilidade e garantia pela execução de qualquer modificação ou projeto alternativo que for por ela proposto e aceitos pelo Contratante, incluindo eventuais consequências advindas destas modificações nos serviços seguintes.

Documento assinado digitalmente
gov.br RAFAEL ALVES DE OLIVEIRA
Data: 02/04/2026 09:26:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAFAEL ALVES DE OLIVEIRA
Agente Administrativo

Documento assinado digitalmente
ICP Brasil MARCIO DOS SANTOS PINA SILVA
Data: 02/04/2026 09:37:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCIO DOS SANTOS PINA SILVA
Agente de Polícia Federal

Documento assinado digitalmente
gov.br ICARO STEFANO DA NOBREGA SOUZA
Data: 02/04/2026 12:05:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ÍCARO STÉFANO DA NÓBREGA SOUZA
Agente de Polícia Federal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM
EDIFICAÇÕES



DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

Serviço: *Contratação de serviços de fabricação e instalação de cobertura em módulos sombreadores, incluída a execução de bases em concreto (sapatas), para atendimento da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia - SR/PF/RO e da Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO - DPF/GMI/RO, abrangendo o fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários.*

Locais: Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO) e Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim (DPF/GMI/RO).

Endereços: Avenida Lauro Sodré, nº 2905, Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.802-449; e Avenida Duque de Caxias, 898-1016, Santa Luzia, Guajará-Mirim/RO, CEP: 76.850-000.

I. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados no estacionamento da Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO), localizada na cidade de Porto Velho, e no estacionamento da Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim (DPF/GMI/RO), situada no município de Guajará-Mirim.

Estima-se o quantitativo de 200,00 m² de cobertura em módulos sombreadores, sendo 100,00 m² (cem metros quadrados) para a SR/PF/RO e 100,00 m² (cem metros quadrados) para a DPF/GMI/RO, conforme os documentos técnicos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM
EDIFICAÇÕES



Deverão ser fabricados e instalados, conforme demanda requisitada pela SR/PF/RO:

- I. 04 módulos sombreadores, com comprimento de 5,00 m x largura de 5,00 m (cerca de 100,00 m²) e pé-direito de 4,00 m, destinado ao estacionamento da Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO).
- II. 04 módulos sombreadores, com comprimento de 5,00 m x largura de 5,00 m (cerca de 100,00 m²) e pé-direito de 4,00 m, destinado ao estacionamento da Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim (DPF/GMI/RO).
- III. Área total aproximada: 200,00 m² (duzentos metros quadrados), sendo 100,00 m² (cem metros quadrados) para a SR/PF/RO e 100,00 m² (cem metros quadrados) para a DPF/GMI/RO.

Atualmente, não existem estruturas de cobertura com dimensões adequadas para abrigar os barcos e demais veículos oficiais da Polícia Federal, deixando-os constantemente expostos ao sol e à chuva.

Por fim, no que se refere aos blocos de fundação, deverão ser confeccionadas e instaladas sapatas de fixação das estruturas de cobertura com dimensões aproximadas de 50 cm x 50 cm x 70 cm, conforme figura exemplificativa abaixo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM
EDIFICAÇÕES



Figura 1 – Detalhe do bloco de fundação a ser executado, onde serão chumbados os pilares dos módulos de sombrite.

II. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A seguir destaca-se os serviços que deverão ser executados:

- a) Execução de bases de concreto, incluindo serviços de perfuração/instalação de estacas, escavação, armação, forma, lançamento, adensamento e cura do concreto.
- b) Fornecimento e instalação da estrutura metálica (pilares, vigas e contraventamentos), de dimensões conforme especificado, com estrutura metálica tubular em ferro galvanizado com resistência adequada aos vãos e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM
EDIFICAÇÕES



dimensões, com tratamento antiferrugem e pintura eletrostática na cor branca. Garantia mínima de 5 (cinco) anos.

- c) Fornecimento e instalação das telas tipo sombrites polietileno de alta densidade e de alta resistência às intempéries climáticas, 100% livre de chumbo e aftalato, com componentes antimoho, aditivos contra raios ultravioletas com costura reforçada em linha poliéster e pontas duplas, reforçado nos pontos de ancoragem e aplicação de ilhoses ou similar, com cabos de aço e esticadores necessários (área total aproximada: 200,00 m²). Garantia mínima de 5 (cinco) anos.

III. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

As sapatas utilizadas para fixação dos sombreadores deverão possuir dimensões aproximadas de 50 cm x 50 cm x 70 cm, sendo moldadas *in loco* em concreto estrutural com resistência característica de, no mínimo, 30 MPa.

Os módulos de sombreadores dos estacionamentos da SR/PF/RO e da DPF/GM/RO deverão possuir as seguintes especificações técnicas mínimas:

Estrutura: Armação metálica tubular em aço galvanizado com tratamento antiferrugem e com pintura eletrostática na cor branca. A Estrutura deverá ser fixada nas sapatas de fundação existentes, por meio de, no mínimo, 06 parafusos com resistência adequada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM
EDIFICAÇÕES



Pilares: Diâmetro mínimo = 100 mm (4"); Espessura mínima = 3,00 mm, ou elemento estrutural equivalente. Os pilares poderão ter reforços laterais até a altura dos braços, em tubos com diâmetro mínimo de 50 mm e espessura mínima de 2,00 mm, ou elementos estruturais equivalentes.

Braços prolongadores (ou tesouras): Diâmetro mínimo = 75 mm (3"); Espessura mínima = 2,00 mm, ou elementos estruturais equivalentes.

Contraventos (arcos): Diâmetro mínimo = 50 mm (2"); Espessura mínima = 2,00 mm de espessura, ou elementos estruturais equivalentes. Cruzeta ajustável para união dos contraventos: Diâmetro mínimo = 65 mm; Espessura mínima = 2,00 mm, ou elementos estruturais equivalentes.

As bases dos módulos sombreadores deverão ser em chapa de aço galvanizado com espessura mínima de 3/8", com no mínimo 06 (seis) furos para fixação de chumbadores.

Chumbadores: Em barras de aço galvanizado, de 1/2" de diâmetro mínimo e 50 cm de comprimento mínimo, barras, porcas e arruelas galvanizados, acrescido de gancho se necessário, ou outro sistema de chumbamento equivalente.

Tela: em polietileno na cor azul, de alta densidade e de alta resistência às intempéries climáticas, 100% livre de chumbo e aflato, com componentes antimoho, aditivos contra raios ultravioletas com costura reforçada em linha poliéster e pontas duplas, reforçado nos pontos de ancoragem e aplicação de ilhoses ou similar, com cabos de aço e esticadores necessários.

A estrutura poderá ser realizada com especificações técnicas diversa das especificações acima, entretanto deverá ser garantida a sua resistência adequada. Em qualquer caso, a contratada deverá garantir que a



estrutura possua a resistência adequada e fornecer garantia mínima de todos os itens acima de 05 (cinco) anos.

IV. VISTAS DOS SOMBRITES A SEREM EXECUTADOS

A Figura 2 está evidenciado, de modo ilustrativo, como será realizada a disposição dos módulos sombreadores nos estacionamentos da SR/PF/RO e da DPF/GMI/RO.

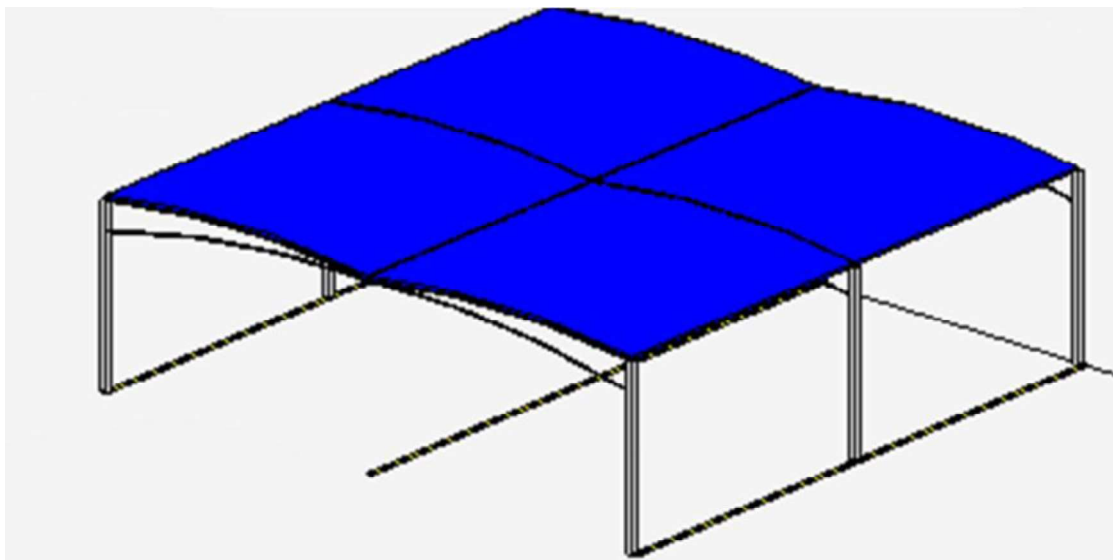


Figura 2 – Visão em perspectiva da disposição, de modo ilustrativo, dos módulos do tipo sombrite.

As Figuras 3 a 6 a seguir destacam-se como deverão ser confeccionados os módulos sombreadores.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM
EDIFICAÇÕES

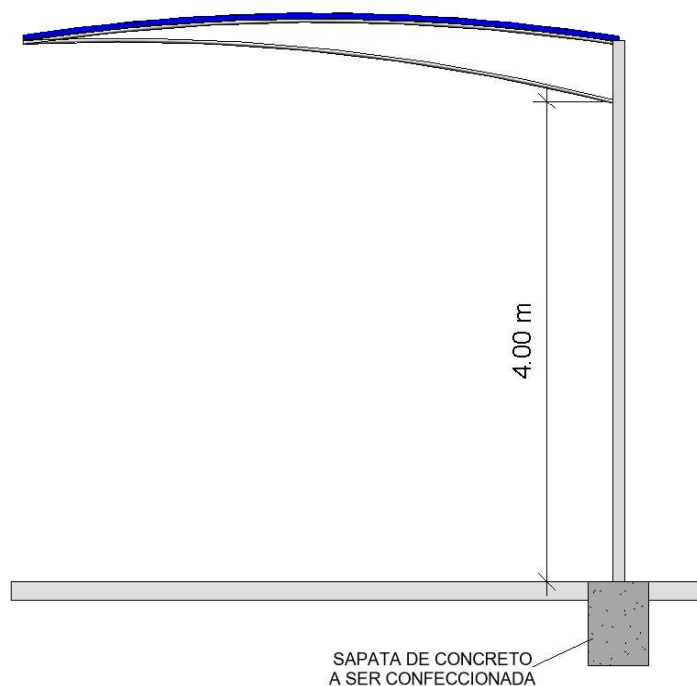


Figura 3 – Vista lateral do módulo do tipo sombrite com pé direito de 4,00 metros a ser confeccionado e instalado.

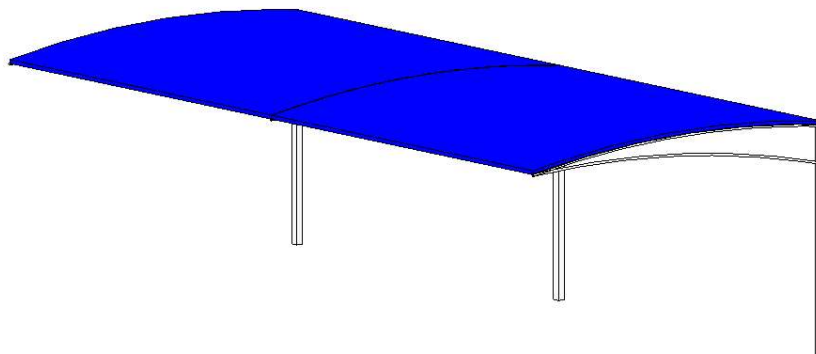


Figura 4 – Vista lateral do módulo do tipo sombrite a ser confeccionado e instalado no estacionamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM
EDIFICAÇÕES

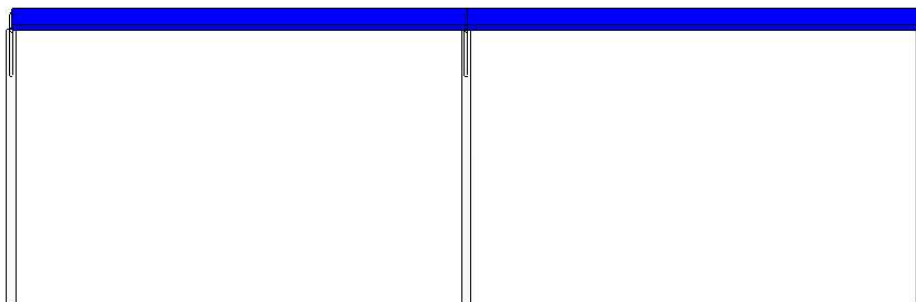


Figura 5 – Vista frontal do módulo do tipo sombrite a ser confeccionado e instalado no estacionamento.

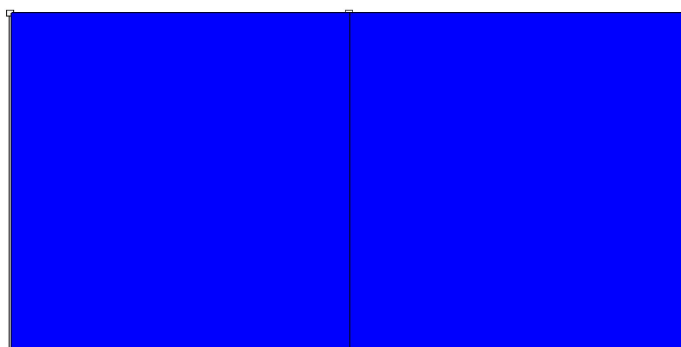


Figura 6 – Vista superior do módulo do tipo sombrite a ser confeccionado e instalado no estacionamento da SR/PF/RO.

Por fim, destaca-se que a contratada deverá garantir que a estrutura e as telas de sombreamento possuam resistência adequada e fornecer garantia mínima de 05 (cinco) anos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP – POLÍCIA FEDERAL
GTED/SELOG/SR/PF/RO - GRUPO TÉCNICO EM
EDIFICAÇÕES



Documento assinado digitalmente

RAFAEL ALVES DE OLIVEIRA

Data: 02/04/2026 09:26:11-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAFAEL ALVES DE OLIVEIRA

Agente Administrativo



Documento assinado digitalmente

MARCIO DOS SANTOS PINA SILVA

Data: 02/04/2026 09:37:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCIO DOS SANTOS PINA SILVA

Agente de Polícia Federal



Documento assinado digitalmente

ÍCARO STÉFANO DA NOBREGA SOUZA

Data: 02/04/2026 12:06:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ÍCARO STÉFANO DA NOBREGA SOUZA

Agente de Polícia Federal

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - RO

Estudo Técnico Preliminar 15/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08475.003764/2025-49

2. Descrição da necessidade

2.1 O presente tem por objetivo a **contratação de serviços de fabricação e instalação de módulos sombreadores, em estrutura metálica e cobertura de polietileno de alta densidade, incluída a execução de bases em concreto (sapatas)**, para a Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO) e Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim (DPF/GMI/RO), incluindo o fornecimento de materiais, mão-de-obra, e equipamentos especializados necessários.

2.2 A demanda originou-se da necessidade urgente de contratação de coberturas para proteção solar das viaturas da Polícia Federal, com destaque para as embarcações atualmente expostas à elevada incidência de radiação solar e demais intempéries, tanto na SR/PF/RO quanto na DPF/GMI/RO.

2.3 Ressalte-se que as embarcações de propriedade da Polícia Federal apresentam dimensões consideráveis e, nos prédios atualmente ocupados pela SR /PF/RO e pela DPF/GMI/RO, não há disponibilidade de estacionamentos ou garagens cobertas para seu adequado resguardo quando fora de operação. Em razão disso, permanecem diariamente sob intensa radiação solar e altas temperaturas, condições que aceleram a degradação da pintura, de componentes essenciais à navegabilidade, como painéis e demais instrumentos, aquecimento excessivo dos sistemas elétricos, resultando em deterioração prematura e acentuada.

2.4 Cabe destacar ainda que os municípios de Porto Velho/RO e Guajará-Mirim/RO apresentam clima predominantemente quente e úmido, característico da região amazônica, com temperaturas médias anuais acima de 26 °C, elevada incidência de radiação solar e alta umidade relativa do ar. Além disso, as cidades possuem um regime pluviométrico marcado por chuvas intensas e frequentes durante grande parte do ano. Essas condições climáticas impactam diretamente a conservação e a durabilidade das embarcações estacionadas a céu aberto.

2.5 Diante disso, torna-se prudente e providencial a preservação do patrimônio público, mediante a contratação de serviços de fabricação e instalação de módulos sombreadores, em estrutura metálica e cobertura de polietileno de alta densidade, incluída a execução de bases em concreto (sapatas), para a Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia (SR/FP/RO) e Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim (DPF/GMI/RO). Sendo que, tais módulos serão capazes de reduzir significativamente a incidência de radiação UVA e UVB, bem como os raios visíveis.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/RO	APF Stela Cristina Verus Assumpção

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Contratação de serviços de fabricação e instalação de módulos sombreadores, em estrutura metálica e cobertura de polietileno de alta densidade, incluída a execução de bases em concreto (sapatas), para a Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO) e Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim (DPF/GMI/RO), incluindo o fornecimento de materiais, mão-de-obra, e equipamentos especializados necessários.

4.2 A contratada deverá executar todos os serviços de acordo com o presente, Termo de Referência, Edital e seus Anexos e em conformidade com as leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas.

4.3 Todo e qualquer serviço terá que ser executado por profissionais habilitados para os fins específicos.

4.4 Caberá a contratada o pagamento de todos os encargos sociais, trabalhistas, patronais, taxas, impostos, emolumentos, licenças, alvarás, certidões, placas e tudo o mais que se fizer necessário para o bom desempenho do serviço.

4.5 Os materiais empregados deverão ser os especificados conforme descrição no presente Termo de Referência e nas Normas Técnicas da ABNT com qualidade comprovada e material de primeiro uso; reservado à Fiscalização o direito de recusar os que julgarem de má qualidade.

4.6 As visitas às instalações da Polícia Federal para levantamentos, medições ou quaisquer outras atividades deverão ser agendadas com a equipe de fiscalização com a prévia informação de datas, horários, tempo de permanência no local e demais informações pertinentes. Poderá a equipe de fiscalização recusar as visitas solicitadas a serem realizadas em datas e horários que, em virtude do funcionamento e segurança das unidades, sejam inconvenientes; devendo-se buscar melhor opção de momento em comum acordo entre as partes.

4.7 A empresa deverá ter conhecimento e domínio dos documentos que integram a presente contratação (Termo de Referência, Edital e Contrato) e/ou dirimir suas dúvidas acerca da execução dos trabalhos e do contrato, e/ou eventuais incompatibilidades entre os documentos que compõe a contratação, anteriormente ao início dos serviços, não sendo aceita a alegação de necessidade de ajustes no contrato, nas técnicas construtivas ou em quaisquer outros pontos de ordem técnica como justificativa para atrasos, paralisações ou prorrogações de prazo.

4.8 O objeto apresenta características comuns, padronizadas (de desempenho e de qualidade) e o mercado domina as técnicas de sua realização.

4.9 Os serviços são caracterizados como de natureza não continuada. Portanto, o serviço termina após a entrega total do objeto.

4.10 A previsão de entrega (prazo de execução) dos serviços é de 30 (trinta) dias, contado a partir da assinatura da Ordem de Serviço.

4.11 O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta dias) contados da assinatura do contrato pelas partes, expedido pela SR/PF/RO, em remessa única, em meio físico e digital, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133/20.

4.12 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.12.1 É vedada a subcontratação completa, ficando limitada a 25% do quantitativo total do objeto da presente contratação.

4.13 Considerando o Termo de Referência, que detém nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a correta execução dos serviços, não faz parte das obrigações da empresa a elaboração de Projeto Executivo.

4.14 Para a execução dos serviços e escolha dos materiais, deverão ser considerados os requisitos mínimos, estabelecidos em norma, para sustentabilidade no que diz respeito ao consumo energético, hídrico e legislação ambiental.

4.15 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente.

4.16 Deverá ser exigida a garantia da contratação (garantia de execução), tendo em vista que a natureza dos serviços, requer que sejam adotados cuidados com a finalidade de garantir a execução contratual e assegurar o pagamento das obrigações, adota-se portanto o percentual de 5% previsto como regra no art. 98, por não se verificarem circunstâncias que justifiquem a majoração.

4.17 A garantia legal para peças, materiais, equipamentos, mecanismos ou ferramentas será aquela estipulada pela Lei 8078/90 (Código do Consumidor), a contar do recebimento definitivo do serviço, na forma do Art. 618 do Código Civil.

4.18 Considerando que a contratação envolve somente um tipo serviço e, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para à Administração, bem como a adequada contraprestação conforme as características dos serviços a serem contratadas o regime deverá ser Empreitada por Preço Global.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Conforme exigências do Art. 18 Inciso I da Lei 14.133/2021, Parágrafo 1º e o Inciso V, transcrito abaixo:

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

5.2 Neste sentido, a prospecção de mercado consiste em buscar soluções semelhantes às pretendidas na presente contratação, e que tenham em comum os mesmos problemas. Verificado o problema, qual seja, fabricação e instalação de módulos sombreadores, em estrutura metálica e cobertura de polietileno de alta densidade, incluída a execução de bases em concreto (sapatas), para a SR/PF/RO e a DPF/GMI/RO (objeto desta licitação), deve-se verificar quais as possíveis soluções, que no universo da Administração Pública desdobram-se em:

5.2.1 Execução dos serviços por funcionários do órgão;

5.2.2 Execução do serviço por empresa prestadora de serviço especializada;

5.3 Pressupondo que a Administração Pública, na figura da Polícia Federal, não possui em seus quadros, pessoal disponível para realizar o tipo de intervenção que a solução demanda, optou-se por terceirizar os serviços mediante processo licitatório, analisando as modalidades de contratação existentes no mercado.

5.4 Dentre os modelos de contratação existentes no mercado, conclui-se que a contratação do tipo pregão eletrônico, utilizando o critério de menor preço, é o mais adequado à presente licitação, tendo em vista que:

5.4.1 Haverá a necessidade de somente uma licitação, reduzindo substancialmente os prazos e, tendo em vista que não haverá a necessidade de elaboração dos projetos executivos por parte da contratada, diminuindo o prazo da licitação e o custo da Administração Pública;

5.4.2 Trata-se de intervenção de pequeno porte, com serviços amplamente dominados pelo mercado de trabalho, sem inovação tecnológica recente.

5.5 Para determinação do objeto da presente contratação foram analisadas soluções similares, por meio da pesquisa em painel de preços, verificando-se que a pesquisa é apenas uma amostra qualitativa e possui um universo reduzido frente ao volume de contratações existentes. Diante disso, foram selecionados os serviços que mais se aproximaram do objeto a ser contratado, o que originou na prospecção de 50 processos de compra.

5.5.1 Cabe ressaltar que os processos consultados por meio da pesquisa do painel de preços possuem objetos semelhantes mas com algumas diferenças, tais como: natureza do serviço (locação e manutenção), confecção de estrutura metálica, serviços de lixamento e limpeza de estruturas metálicas diversas, reaperto e lubrificação de parafusos e esticadores, adaptação de fixação em bloco de fundação existente, reparo de estruturas tortas, instalação de tela sombrite, remoção de cobertura em policarbonato e não foi possível identificar um serviço no painel de preços, exatamente igual. Logo, foram feitas pesquisas, em suma, para serviços de execução de bases de concreto, fabricação e instalação de cobertura em módulos sombreadores. Embora os preços da pesquisa tenham sido apresentados por metro quadrado (m²), não foram encontrados resultados específicos ou suficientemente detalhados que atendessem às especificações técnicas do objeto em questão, impossibilitando a definição de uma base de preços adequada e representativa do mercado.

5.5.2 Foi feito um cálculo estimativo de valor por m², para facilitar a compreensão e possibilitar a comparação de valores entre as cotações de mercado. Chegou-se a um valor por m² de instalação completa de sombrite, incluso a base de concreto e a estrutura metálica. Com isso, foi possível avaliar parcialmente os valores para a licitação.

5.5.3 A pesquisa realizada pelo painel de preços serviu principalmente para verificar qual a melhor classificação do serviço a ser contratado, ou seja, quais modalidades o mercado utilizou, na maioria das vezes, para contratar serviços correlatos ao objeto desta licitação.

5.6 Neste sentido, observando a Instrução Normativa nº 65/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, regulamentada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – SEGES/ME, foi realizada pesquisa de mercado a fim de obter valores do mercado regional de Porto Velho, Guajará-Mirim e do estado de Rondônia para atendimento da demanda, os quais estão em documento apartado neste processo licitatório.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Contratação de serviços de fabricação e instalação de módulos sombreadores, em estrutura metálica e cobertura de polietileno de alta densidade, incluída a execução de bases em concreto (sapatas), para a Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO) e Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim (DPF/GMI/RO), abrangendo o fornecimento de materiais, mão-de-obra, e equipamentos necessários.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 As quantidades a serem contratadas foram levantadas tendo como base projetos/plantas arquitetônicas existentes, levantamentos *"in loco"* e imagens áreas.

7.2 Sendo assim, estima-se a quantidade total de 200 m² (duzentos metros quadrados) de área de cobertura a ser fabricada e instalada.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 77.400,00

8.1 O valor máximo estimado para a contratação é de R\$ 77.400,00 (setenta e sete mil e quatrocentos reais).

8.2 O valor destacado acima foi obtido por meio da observância dos seguintes dispositivos: Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, de 7 de julho de 2021 e Portaria SE/MJSP nº 1.606, de 3 de julho de 2024, conforme destacado na disposto na Nota Técnica - Pesquisa e Estimativa de preço.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Em regra, conforme Art. 47 da Lei nº 14.133/2021, as licitações deverão atender aos princípios da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho; e do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.2 Embora seja um serviço a ser executado em mais de uma etapa, o parcelamento do objeto é tecnicamente inviável e financeiramente desfavorável para a presente contratação, pois possui escopo indivisível e há grande perigo de descontinuidade e quebra de prazos, o que implicaria em prejuízo à Administração.

9.3 Por fim, o presente trata-se de serviços comuns que deverão ser realizados por uma única empresa, gerando economia na mobilização de pessoal para a execução dos trabalhos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes. Todos os serviços que deverão compor a solução fazem parte do mesmo escopo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação está cadastrada no PCA (Plano de Contratações Anual) sob o código 48/2026.

11.2 A intervenção em questão está diretamente alinhado a Ação Estratégica do órgão de Gestão de Projetos, descrita a seguir: “Implementar a cultura de gestão de projetos, de modo que as tarefas desempenhadas o sejam segundo as melhores práticas de elaboração, execução e gerenciamento de projetos, a fim de agregar valores e melhorias aos processos internos do órgão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.”

11.3 Além disso, o Plano Estratégico da Polícia Federal abrange outros fatores, como por exemplo uma infraestrutura adequada, ou seja, dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos servidores e exemplar atendimento aos cidadãos.

11.4 Portanto, a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A presente contratação, quando concluída, trará benefícios tanto à SR/PF/RO quanto à DPF/GMI/RO, no sentido de adequar o armazenamento de embarcações garantindo a preservação do patrimônio público.

12.2 Adicionalmente, o uso de sombrites é uma solução tecnicamente simples, economicamente viável e ambientalmente adequada, pois permite a circulação de ar e reduz o impacto térmico, sem necessidade de estruturas fechadas ou climatização artificial, sendo que pode ser facilmente desmontada e remanejada no terreno ou local diverso.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Para a execução do serviço comum ora apresentado não serão necessárias contingências para mobilização de pessoal ou mobiliário na área de intervenção, pois trata-se de local externo à edificação.

13.2 As contingências serão àquelas inerentes ao próprio serviço e o local onde eles serão executados tais como:

13.2.1 Limpeza do local de execução dos serviços;

13.2.2. Criar área isolada, mantendo as pessoas e veículos afastados dos resíduos provenientes da intervenção;

13.2.3 Estabelecer sinalização por meio de comunicação visual para desvio das pessoas e veículos do local de execução dos serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

14.2 Neste sentido, a contratada ficará responsável pela destinação das estruturas metálicas e sombreadores existentes, devendo garantir que esta seja ambientalmente correta.

14.3 Além disso, cabe a contratada tomar todas as medidas necessárias e exigidas na legislação para mitigar os impactos ambientais gerados.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em observância com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022 e ainda em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação.

Atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são apropriados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Por todo o exposto, a contratação do evento é viável para a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, bem como proporcionar à Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia e a Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim estruturas físicas condizentes, eficazes e que preserve o patrimônio público.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ICARO STEFANO DA NOBREGA SOUZA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 12:11:43.

MARCIO DOS SANTOS PINA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 14:06:56.

RAFAEL ALVES DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 12:33:46.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/SELOG/SR/PF/RO

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 08475.003764/2025-49

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA
REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM
RONDÔNIA E A EMPRESA
.....

A União por intermédio da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM RONDÔNIA**, com sede na Av. Lauro Sodré, 2905, bairro Nacional, em Porto Velho/RO, CEP 76.882-449, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0038-28, neste ato representada pela Sra. **FABIANA MARTINS MACHADO**, nomeada pela Portaria nº 482, de 07 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U nº 84, seção 2, página 60 e Portaria DGP/PF Nº 1.527, de 8 de maio de 2025, publicada no Boletim de Serviço nº 86, de Brasília-DF, sexta-feira, 9 de maio de 2025, portador da Matrícula Funcional 15.973, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 08475.003764/2025-49 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE COBERTURA EM MÓDULOS SOMBREADORES, incluída a EXECUÇÃO DE BASES DE CONCRETO (SAPATAS), para atendimento à Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia - SR/PF/RO e à Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim/RO - DPF/GMI/RO, incluindo o fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos especializados necessários, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviços de fabricação e instalação de cobertura em módulos sombreadores, incluída a execução de bases em concreto (sapatas), para atender a Superintendência Regional da Polícia Federal em Rondônia (SR/PF /RO), abrangendo o fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários, conforme especificações detalhadas no item 5 do ANEXO A deste Termo de Referência.	17809	m²	100,00		
2	Serviços de fabricação e instalação de cobertura em módulos sombreadores, incluída a execução de bases em concreto (sapatas), para atender a Delegacia de Polícia Federal em Guajará-Mirim (DPF /GMI/RO), abrangendo o fornecimento de materiais, mão-de-obra e	17809	m²	100,00		

	equipamentos necessários, conforme especificações detalhadas no item 5 do ANEXO A deste Termo de Referência.				
--	---	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. Memorial Descritivo e Caderno de especificações técnicas;
- 1.3.3. Documento com Descrição detalhada dos serviços;
- 1.3.4. O Edital da Licitação;
- 1.3.5. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.6. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato pelas partes, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. **O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:
- 13.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 13.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.8.3. Das indenizações e multas.
- 13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.10.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.6.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - **Gestão/unidade:00001/200378**

II - **Fonte de recursos: [...]**

III - **Programa de trabalho: [...]**

IV - **Elemento de despesa: [...]**

V - **Plano interno: [...]**

VI - **Nota de empenho: [...];**

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Rondônia, Seção Judiciária de Porto Velho para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Fabiana Martins Machado
Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____
Adair José da Silva
CPF: 639.079.922-53

2. _____

Frederico Carneiro dos Santos

CPF: 527.342.422-49

Modelo utilizado:*Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União**Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021**Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação**Atualização: DEZ/2025*

Documento assinado eletronicamente por **ADAIR JOSE DA SILVA, Gestor de Contrato**, em 20/03/2026, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145245337&crc=D3E3A24F.

Código verificador: **145245337** e Código CRC: **D3E3A24F**.

Referência: Processo nº 08475.003764/2025-49

SEI nº 145245337